

HABEAS CORPUS Nº 515.303 - MS (2019/0167736-3)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : LUCIANO MARUCCI KIRSCHNER
ADVOGADO : LUCIANO MARUCCI KIRSCHNER - PR062892
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : KLEBER FERREIRA DA COSTA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de KLEBER FERREIRA DA COSTA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul assim ementado (fls. 557/558):

EMENTA- APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE DROGAS - ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA OU DESCLASSIFICAÇÃO PARA ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO - REDUÇÃO DA PENA-BASE - APLICAÇÃO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA - AFASTAMENTO DA MAJORANTE PREVISTA NO ARTIGO 40, V, DA LEI 11.343/06 - APLICAÇÃO DA CAUSA ESPECIAL DE DIMINUIÇÃO DE PENA PREVISTA NO §4º, ARTIGO 33. DA LEI 11.343/06 - FIXAÇÃO DE REGIME PRISIONAL MENOS GRAVOSO - ISENÇÃO DAS CUSTAS PROCESSUAIS - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Os depoimentos pessoais dos policiais militares responsáveis pela prisão em flagrante, quando harmônicos com os demais elementos probatórios são aptos para sustentar o decreto condenatório bem como para afastar a desclassificação para associação para o tráfico.

Não há que se falar em reforma da dosimetria, posto que devidamente fundamentada pelo juízo a quo.

Para o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea, é necessário que o réu confesse a autoria do fato típico que lhe é imputado, e que o magistrado tenha se utilizado desta confissão para firmar seu convencimento, o que não se observada no caso em exame.

Para a incidência da causa de aumento contida no art. 40, V, da Lei 11.343/06, basta a existência de provas quanto à origem e destino das drogas, sendo irrelevante o fato de as mesmas não ultrapassarem a fronteira estadual.

Impossível o reconhecimento da causa de diminuição de pena ante a ausência dos requisitos objetivos e subjetivos.

Nos termos do artigo 33, §3º, do Código Penal, o regime inicial de cumprimento da pena deve ser o fechado.

Não há comprovação da hipossuficiência dos apelantes nos autos, até mesmo porque foram patrocinados por advogado particular.

APELAÇÃO CRIMINAL - RESTITUIÇÃO DE BENS COMPROVADA A PROPRIEDADE DO VEÍCULO POR TERCEIRO DE BOA-FÉ RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.

Sendo a apelante a real proprietária do veículo, comprovada a origem lícita,

não demonstrado a má-fé da proprietária ou mesmo não havendo quaisquer indícios de que a mesma concorreu com a empreitada criminosa e não mais havendo interesse sob o bem para o processo, é de rigor sua restituição do referido veículo para a apelante, por exegese do artigo 60 da Lei 11.343/06.

Consta dos autos que o paciente foi condenado às penas de 7 anos e 7 meses de reclusão, em regime fechado, e de 760 dias-multa, como incurso nos arts. 33, *caput* e 40, V, ambos da Lei 11.343/06.

A defesa interpôs apelação, que foi improvida.

Neste *writ*, sustenta o impetrante, em suma, constrangimento ilegal na condenação pelo delito de tráfico de drogas e desproporcionalidade na dosimetria das penas.

Requer, liminarmente e no mérito, a desclassificação do delito para tráfico privilegiado; afastamento da causa de aumento de pena descrita no art. 40, V, da Lei 11.343/06; desclassificação do delito para associação para o tráfico de drogas; fixação da pena-base no mínimo legal, tornando-a definitiva; e imposição de regime diverso do fechado.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se, de plano, evidente constrangimento ilegal.

Esta não é a situação presente, na qual as pretensões trazidas, de desclassificação do delito para tráfico privilegiado; afastamento da causa de aumento de pena descrita no art. 40, V, da Lei 11.343/06; desclassificação do delito para associação para o tráfico de drogas; fixação da pena-base no mínimo legal; e imposição de regime diverso do fechado, são de caráter eminentemente satisfativo, melhor cabendo o exame dessas matérias no julgamento de mérito pelo colegiado, juiz natural da causa, assim inclusive garantindo-se a necessária segurança jurídica.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

